

## Apresentação

Kabengele Munanga

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MUNANGA, K. Apresentação. In: FÉLIX, R. *Volta miúda: quilombo, memória e emancipação* [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2020, pp. 19-23. Transfluência series. ISBN: 978-65-86213-14-0. <https://doi.org/10.7476/9786586213317.0001>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# apresentação

São centenas de comunidades remanescentes de quilombos, genericamente chamadas de quilombos ou comunidades quilombolas, que pululam o Brasil do Leste ao Oeste e do Sul ao Norte. Mas de onde veio a palavra quilombo e por que as pessoas que vivem e pertencem a essas comunidades, no exemplo de Volta Miúda, são chamadas quilombolas no Brasil do século XXI? Dizer quilombo ou comunidade quilombola remete à uma identidade coletiva atribuída a essas comunidades e seus membros.

Substantiva e adjetivamente, as comunidades e as pessoas que carregam em sua identidade as palavras quilombo e quilombola são consequentes de uma longa história de resistência cultural contra o escravismo, em defesa de sua liberdade e dignidade humana. Ou seja, a palavra quilombo é uma denominação que devemos considerar como uma identidade coletiva de todos os escravizados que fugiram das senzalas para construir novas comunidades onde poderiam viver em liberdade.

Parece-nos uma identidade atribuída pelo próprio sistema escravista. Mas, na realidade, a palavra quilombo, que é uma transformação portuguesa da palavra kilombo, certamente é de origem das línguas bantu, precisamente da língua Quimbundo

de Angola. Ela não poderia originalmente ser atribuída pelos portugueses aos escravizados fugitivos, a não ser por eles mesmos que sabiam o que significava. Nessa língua, quilombo não significava habitação dos negros fugitivos das senzalas, mas sim uma sociedade ou organização de guerreiros.

O Brasil aboliu a escravidão em 1888, 40 anos depois da França e 24 anos depois dos Estados Unidos. Com tamanho atraso, teria sido uma abolição mais amadurecida que, infelizmente, não se concretizou, porque não houve ruptura pela incapacidade de eliminar as profundas desigualdades econômicas e sociais herdadas do sistema escravagista. Pelo contrário, produziu-se um modelo de racismo *sui generis* para manter o *status quo*. Nessa manutenção, a relação entre senhores e escravizados de ontem foi transformada na relação entre brancos e negros de hoje, uns e outros hierarquizados em superiores e inferiores.

É por isso que se costuma dizer que, depois de 132 anos da abolição da escravatura no Brasil, a Casa Grande e a Senzala ainda permanecem, mas sob nova roupagem. Os negros ainda continuam na Senzala com alguns brancos pobres da mesma maneira que, na República de Palmares, negros conviveram com alguns brancos pobres e indígenas. Eles não fazem parte da classe dominante, seja à direita ou à esquerda. Eles não se encontram no escalão superior dos empreendedores brasileiros. Não os vemos circulando representativamente nos bairros habitados pela burguesia e alta classe média brasileira. Faz apenas 20 anos que os vemos circular, embora sub-representados, nos corredores das faculdades das universidades públicas brasileiras.

Qual é a situação dos descendentes de escravizados que viviam nos quilombos espalhados por todo o Brasil? Nem todos foram para cidades e suas periferias, pois muitos continuam a viver nos territórios e terras que foram ocupados por seus ancestrais. Territórios e terras denominados quilombos, como já foi dito. Pesquisa recente realizada pelo Centro de Cartografia da Universidade de Brasília informa que suas localizações chegam a cinco mil. Essas comunidades são diferentes umas das outras em termos de história, cultura e religião, mas todas têm problemas e dificuldades em comum: não possuem documentos de propriedade da terra de seus ancestrais que viviam da tradição oral. Para eles, não havia necessidade de provas escritas para provar que essas terras pertenciam a seus ancestrais que por elas lutaram. Até hoje eles vivem em ameaça permanente e muitos já perderam suas terras e territórios por falta de documentos escritos. Muitas entre elas não têm escolas em suas comunidades; não têm postos de saúde pública; não possuem estradas e transportes públicos que possam facilitar seus deslocamentos e contatos com a sociedade global e a evacuação do excedente de seus produtos agrícolas para os mercados locais.

É por isso que, no Brasil de hoje, todas as tendências do movimento negro defendem a ideia de uma nova abolição que viria através de políticas públicas afirmativas direcionadas, como foi o caso das cotas que facilitaram o acesso de estudantes negros e negras nas universidades públicas. A quilombagem brasileira havia conseguido minar o sistema escravista, forçando-o a fechar as portas, mas o negro continua sendo marginalizado. Isso prova que a emancipação

pela qual ele lutou é uma realidade inacabada. Daí o sentido de ser do slogan “Aquilombar-se”, que traduz a ideia da resistência permanente sem abrir mão da luta, apesar de alguns resultados obtidos com a política de cotas ou ações afirmativas.

Cada Comunidade Quilombola tem sua história diferente das outras, apesar das características históricas comuns que tentei sintetizar nesta apresentação. Sobre algumas encontram-se relatos escritos muitas vezes contados do ponto de vista do “outro”, em vez de partir das narrativas dos membros vivos dessas comunidades. Narrativas construídas a partir de suas experiências de vida e da memória coletiva herdada de seus ancestrais fundadores na perspectiva de uma escrevivência, emprestando o rico conceito cunhado pela grande escritora negra Conceição Evaristo.

Como disse o sábio de Mali, Hampâté Bâ, cada ancião/anciã que morre é como uma biblioteca viva que desaparece. Consciente dessa ameaça, Raissa Félix tenta escrever a História de Volta Miúda a partir de ricas entrevistas feitas *in locu* com cinco anciãs e quatro anciãos, num total de nove entrevistadas(os). Da narrativa construída a partir dessas entrevistas resulta uma hermenêutica polifônica que traz toda a história de resistência cultural da comunidade, sua visão do mundo, da humanidade e do Brasil e seus problemas e dificuldades num universo racista e capitalista brasileiro, onde suas vozes não são escutadas e suas dificuldades e problemas não são contemplados, deixando claro que eles continuam, apesar da abolição formal, a aquilombar-se.

O desenvolvimento de sua economia de subsistência, numa terra coletiva e não uma propriedade individual, terá sempre cobijada pelos interesses alheios, não pode ser um projeto enlatado provindo dos órgãos públicos ou pensado numa visão paternalista sem respeitar suas próprias vozes, suas experiências e suas necessidades. Todas essas questões que o artigo 68 da Constituição de 1988, que garante aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à propriedade de suas terras, não resolve efetivamente, correm em filigrana, não apenas em termos descritivos, mas também nas ricas especulações tanto filosóficas quanto político-ideológicas de Raissa Félix. As dezenas de ricas ilustrações, em termos de fotografias e outras imagens que compõem o livro, oferecem uma outra leitura e uma prova testemunhal de sua penetração no universo da pesquisa. Como diz um ditado africano, “enquanto os leões não tiverem seus historiadores, a história da caça continuará a ser contada pelos caçadores que sempre se vangloriarão”. Esta preocupação permeia todas as páginas deste livro que Raíssa Félix oferece afetuosamente a seus leitores, entre os quais me inclui.

**Kabengele Munanga**

Setembro de 2020